

Em euros

Agrupamento Produtores Florestais Rio Frio	31 355,09
Alberto Teixeira	18 036,02
Ana Maria de Oliveira Temudo e Melo	21 617,45
António Santos Luís	16 153,07
Área Agrupada da Assentada	29 000,83
Área Agrupada da Barreira da Rama	31 564,76
Área Agrupada da Barroca da Ferranha	22 205,57
Área Agrupada das Loendreiras	23 163,54
Área Agrupada de Vale Perdizes	16 229,38
Área Agrupada do Alcambar e das Poças	17 047,50
Área Agrupada do Areal	104 885,19
Área Agrupada dos Contreiras	17 500
Área Agrupada Penilhos e Amendoeira	20 335,23
Área Agrupada Porto Largo e Vale Figueiras	17 290,73
ECOLBEIRA — Actividades Agrícolas, L. ^{da}	42 431,23
ERQUIFLORESTA — Expl. Agric. Flor., L. ^{da}	18 553,42
Francisco Colaço Botelho	16 711,96
Francisco Vicente Carvalho	16 982,59
Herdade da Corte Tur. — Cinegético, L. ^{da}	33 573,76
João Eduardo Nunes de Oliveira Santos	46 024,45
M. Conceição Falcão C. da Costa Potes	21 536,23
Manuel Joaquim Mateus Neves	20 614,41
Maria do Carmo Posser A. Guedes Sousa	20 080,14
Maria Emília Baptista Pereira dos Santos	26 343,66
Maria Eugénia Amorim Canto Moniz Bual	40 793,93
Maria Manuela Silva Belchior	17 590,83
Natércia Assunção Cardoso	21 606,39
NOBILIS — Empreend. Imobiliários, L. ^{da}	34 413,54
Sociedade Agrícola da Perescuma, S. A.	21 885,20
Sociedade Agrícola da Serra e Amendoeira	22 015,50
Sociedade Agrícola do Peral, S. A.	28 463,34
Sociedade Agrícola Espadaneira, L. ^{da}	62 149,85
Sociedade Agro Florestal Melroeira, L. ^{da}	21 542,64
Sociedade Agro-Pecuária Santa Maria, L. ^{da}	25 773,22
Teresa Maria P. A. Oliveira da Silva	17 173,10

Grupo 4 — Operações de financiamento ao abrigo de outros programas e iniciativas comunitárias.

POSEIMA

Alfredo Ávila Quadros	35 193,26
António Mineiro e Andrade, L. ^{da}	80 896,98
António Pacheco	37 615,39
Carlos Manuel Garcia Ávila	49 598,23
Cofaco Açores Indústria de Conservas, S. A.	690 413,32
COOPESCAMADEIRA — Coop. Arquipélago Madeira	187 190,70
FRIATUM	61 601,75
GELATUM — Conservas e Pesca, S. A.	22 011,78
Humberto Cabral da Rocha	28 413,11
ILHAPEIXE — Sociedade de Peixe da Ilha, L. ^{da}	60 342,45
J. M. Freitas — Pesca Costeira	30 363,57
Jorge Fernando Leal Gonçalves	17 449,43
José António Silva Nicolau	24 679,46
José Manuel Flores Marques	59 515,09
Lotinha M. Soc. Cng. e F. P. Ali. Divers.	25 936,85
Luís Henrique Baltazar Gonçalves	20 690,49
Lurdes Narciso, L. ^{da}	24 020,63
M. Gil e Oliveira, L. ^{da}	57 279,22
Manuel Humberto Silva	29 532,10
PESCATUM — Conservas e Pesca, L. ^{da}	285 694,21
Santa Catarina Indústria Conserveira, L. ^{da}	47 269,68
Soc. Corretora, L. ^{da}	62 076,24
SOPEIXE — Madeira Soc. Pescas, L. ^{da}	45 176,60

Grupo 6 — Linhas de crédito

Todos os produtos financeiros decorrentes de linhas de crédito

Abílio Matias, L. ^{da}	45 974,16
Casca — Sociedade de Revestimentos, S. A.	74 236,32
David Ribeiro & Antunes, L. ^{da}	62 762,18
IFM — Indústria de Fibras de Madeira, S. A.	53 509,33
JOMAR, S. A.	41 627,46
José Afonso e Filhos, L. ^{da}	129 813,80
Luso Finsa — Ind. Comércio Madeiras, S. A.	22 891,86
PINORVAL — Indústria Madeiras Orvalho, L. ^{da} ...	61 754,01
Portucel Viana, S. A.	56 404,14
VALBOPAN — Fibras Madeira, S. A.	27 063,93

3 de Abril de 2006. — O Director-Coordenador, *Costa Reis*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Despacho (extracto) n.º 9904/2006 (2.ª série). — Por despachos de 10 e de 31 de Março do presidente do INIAP e do inspector-geral da IGAP, foram autorizadas as transferências da chefe de secção Maria Helena de Sousa Pessoa Cabaça e da técnica profissional especialista principal Ana Roque Arcângelo para os quadros de pessoal do ex-Instituto de Investigação das Pescas e do Mar e do ex-Instituto Nacional de Investigação Agrária, respectivamente.

11 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *Carlos Costa Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho (extracto) n.º 9905/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 19 de Abril de 2006:

Maria do Nascimento Ramos Pinheiro Esteves, técnica de informática de grau 1 da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica de informática de grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do mesmo quadro, sendo exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 9906/2006 (2.ª série). — A importância e relevo da acção desenvolvida pelos centros de cultura e desporto da segurança social (CCD) foi devidamente reconhecida pelos despachos n.ºs 7838/2002 e 7839/2002, de 16 de Abril, que fixaram aos mesmos um quadro de referência estabilizado e abrangente para as relações com o Estado e, posteriormente, concretizaram os princípios enquadramentos aí definidos, por intermédio de regras inovadoras e de actualização das disposições regulamentares então já existentes.

Importa agora proceder a um conjunto de alterações e actualizações das mesmas regras, justificado pela natural evolução da actividade destes centros e pela alteração das circunstâncias práticas em que esta é exercida, aos mais diversos níveis.

Assim, tendo presente quer os princípios constantes de ambos os despachos aludidos, quer a necessidade referida, determino o seguinte:

1 — Apoios financeiros:

1.1 — Aos CCD, individualmente considerados, à Federação e Associação Nacional dos CCD são atribuídos os apoios financeiros infra discriminados, fixando-se ao abrigo da Portaria n.º 239/2000, de 29 de Abril, o valor a vigorar para o ano 2006:

a) Subsídio anual por trabalhador abrangido, independentemente da natureza do vínculo contratual — € 33,64;

b) Participação por cada refeição servida a trabalhador, activo ou pensionista, do sistema de segurança social ou do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, independentemente do organismo onde exerça funções, no caso em que não haja intervenção dos serviços sociais — € 1,46;

c) Financiamento de projectos e iniciativas dos CCD:

Dotação orçamental do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., no montante global de € 190 583 a repartir da seguinte forma:

Até 17 % do total, para a actividade da Federação Portuguesa dos CCD;

Até 17 % do total para a actividade da Associação Nacional dos CCD.